

Identidades profissionais e práticas policiais

Professional identities and police practices

Maria Stela Grossi Porto¹

1. Professora Titular e Emérita da Universidade de Brasília (UNB), Doutora em Sociologia pela Université de Montréal e pós-doutorado pelo Centre d'Études de la Vie Politique Française- CEVIPOF, Paris, França. <https://orcid.org/0000-0001-9565-3394> mariastelagrossiporto@gmail.com

Resumo: A pesquisa que deu origem a essas reflexões se colocou como prioridade refletir sobre as relações entre identidade profissional e práticas policiais visando à compreensão das relações do policial com a sociedade, em sua condição de agente do Estado responsável pela garantia de lei e ordem. Conteúdos de natureza mais teórica buscaram aprofundar a compreensão da questão identitária; por sua vez, o contexto empírico orientou-se pela análise da prática policial, capturada por meio da análise das representações sociais. A coleta dos dados foi efetuada, no DF, entre 2011 e 2012.

Palavras-chave: Polícia; Identidade profissional; Representações Sociais; Práticas Policiais; Distrito Federal.

Abstract: The research that started these reflections had as its main objective the comprehension about the relations between professional identity and police practices in order to go further in the understanding of Police and Society' relations. Theoretical questions were devoted to the comprehension of the police identity while the empiric context, centered in the DF, during 2011 and 2012, was oriented by the analysis of police practices captured through

the analysis of the social representations.

Keywords: Police; Professional Identity; Social Representations; Police Practices; Federal District.

A pesquisa que deu origem a essas reflexões se colocou como prioridade refletir sobre as relações entre identidade profissional e práticas policiais, analisando possíveis relações de causalidade entre violência policial e os complexos e contraditórios processos de construção identitária da categoria. Visou, assim, à compreensão das relações do policial com a sociedade. Partiu-se do pressuposto de que a forma como as práticas policiais são representadas e atualizadas pelas corporações no dia a dia do trabalho decorre, em larga medida, do universo cognitivo e simbólico a partir do qual policiais, civis e militares, se concebem em termos de marcas, pertenças e registros identitários.

Considerou-se que este universo não é resultado de um pensar ou de um fazer solitários, mas apoia-se em pertencimentos sociais, sobretudo, os decorrentes da prática profissional. Daí a relevância acordada à questão identitária e à noção de alteridade. Buscou-se captar a existência de distinção entre uma identidade /grupo e uma identidade no grupo, como forma de melhor avaliar o peso da instituição na construção identitária do policial.

Esta noção de identidade foi tomada aqui não do ponto de vista psicanalítico, do eu individual, mas na condição de processo coletivo de pertencimento a um dado grupo. Da perspectiva empírica, a referência principal foi o contexto da atuação policial, capturada por meio da análise de suas representações sociais, em sua diversidade. Trabalhou-se também com o pressuposto de que um déficit identitário do policial (sem se definir como identidade para si, estaria à mercê da identidade para o outro) poderia ter como efeito componentes de violência. Indagou-se ainda se tal déficit, caso existente, atravessaria as corporações como um todo ou se atingiria diferentemente seus membros. A prevalecer uma ênfase maior na identidade para o outro, tenderia o policial a definir-se a partir do que supõe a sociedade espera dele, configurando uma construção de si forjada a partir de um alter que cobra requisitos que considera essenciais para o cumprimento da função policial?

Contexto Teórico, Contexto Empírico e Nota Metodológica

A reflexão teve início tomando de empréstimo um conceito caro a Elias (1994): o da balança ‘eu/nós’ questionando sobre como os polos desta relação convivem em situações de equilíbrio/desequilíbrio. Onde situar o ‘eu e o nós’ dos segmentos policiais ou, como captar quem é quem, e em relação a que outros segmentos, internos e/ou externos à segurança pública. Quem seria o outsider do policial militar? Como se definiriam suas marcas identitárias: pelo contraste com o policial civil ou com o não policial, o paisano? A noção de alteridade ganhou assim centralidade na compreensão do processo de construção identitária e nos possíveis desdobramentos daí decorrentes para a compreensão da questão da violência policial.

O caminho metodológico foi a análise das representações sociais dos agentes policiais: o conhecimento via representações **é um tipo de conhecimento que interroga a realidade através do que se pensa sobre ela e sobre o(s) imaginário(s) aí construído(s). É um enfoque que privilegia a linguagem em sua condição de dispositivo analítico.** Os indivíduos, inseridos em distintos segmentos sócio- econômicos e culturais, elaboram “teorias do senso comum” sobre a realidade, ou seja, elaboram representações sociais as quais, em sua função prática de máximas orientadoras de conduta têm, por isto mesmo, efeitos significativos no campo das práticas. Por sua análise é possível avançar-se sobre o conhecimento da realidade (autor, 2009). Não sendo falsas nem verdadeiras, tais representações apresentam-se como a matéria prima do/para (o) fazer sociológico. A presente reflexão recorreu à análise das representações sociais que a categoria (policial) elabora sobre si mesmo e das que constrói sobre o ‘outro’ (ou os ‘outros’) com quem se relaciona, enquanto contraponto para pensar e definir o ‘eu’. ‘Outro’ que pode ser o policial da própria corporação ou da outra, oposta à sua; atores e segmentos da população civil, ou ainda toda uma região sócio espacial.

O Distrito Federal foi o local selecionado para a análise. O interesse em focalizar Brasília como *lôcus* empírico para pesquisar a violência decorreu do fato de a cidade ser pouco priorizada, já que representada, por vezes,

como espaço atípico. Atipicidade justificada, para alguns, pelo caráter relativamente calmo e pouco violento com o qual é (ou vinha sendo) identificada e, para outros, pela própria especificidade de sua condição de sede do poder, o que levaria a minimizar ou a exacerbar a representação das violências aí existentes, dificultando, em ambos os casos, a avaliação da magnitude de suas dimensões.¹ Assim, por um lado, pesa sobre Brasília a representação de ‘ilha da fantasia’, espaço no qual atos de violência seriam de pouca monta ou significação ou, quando existentes, ficariam impunes, sobretudo, se tivessem como protagonistas os ‘filhos’ do poder. Por outro lado, convive-se também com a ideia (representação?) de que a cidade- não violenta- estaria sendo invadida pela violência do ‘outro’. Esse outro, temível e terrível seria o entorno cuja população está exposta a toda sorte de violências e fragilidades, decorrentes da ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos para o conjunto da região².

Coleta de Dados e Análise dos Resultados

A coleta dos dados foi efetuada ao longo dos anos 2011 e 2012, tendo sido viabilizada por meio de: a) questionários, respondidos por 399 policiais civis e 1.181 policiais militares, de ambos os sexos; b) 11 entrevistas com os níveis hierárquicos superiores das polícias civis e militares, c) 06 grupos focais (GF), sendo 04 com a polícia militar (PM) sargentos, tenentes, soldados, capitães e 02 com a polícia civil (PC) delegados e escrivães.

O plano amostral contemplou variáveis espacial, hierárquicas e de gênero.³ As reflexões ora elaboradas referem-se apenas às questões centradas na atividade (função) profissional.⁴

O ponto de partida da análise foram as representações sobre as relações

1. Nunes, 2004; Vasconcelos Nogales e Costa, 2005; autor, 2014a.

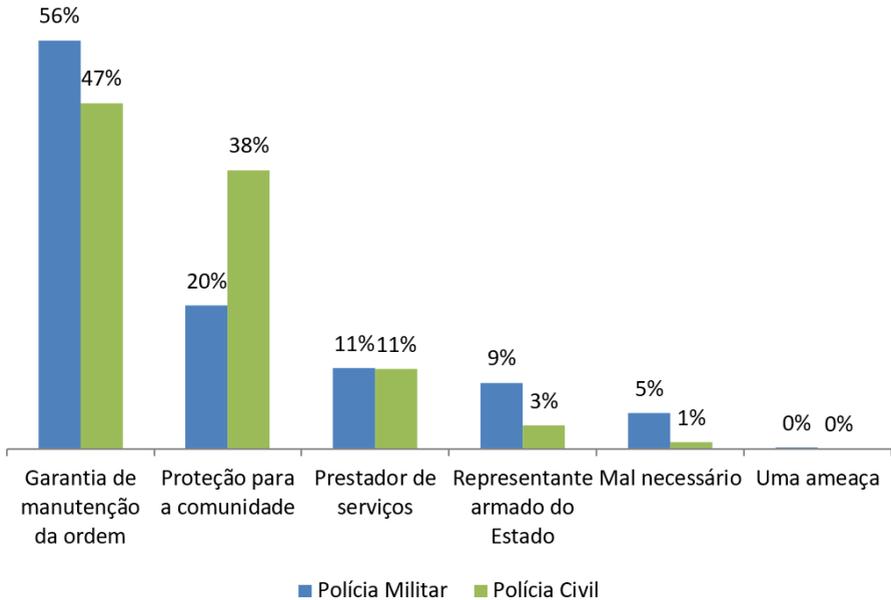
2. Para maiores detalhes sobre a configuração sócio-espacial e econômica da região, cfr. autor, 2009, 2014a.

3. Os detalhes do processo de seleção encontram-se em autor (2017).

4. Para o trabalho de elaboração dos gráficos, atribuição dos pesos (segundo as orientações amostrais da professora assessora), cruzamentos e leitura das tabelas e dados contou-se com o trabalho dedicado de duas pesquisadoras do grupo, cujos agradecimentos ficam aqui registrados.

polícia/sociedade. Ou seja, a reflexão deteve-se nas questões sobre como o policial define a polícia e sobre como ele avalia que a sociedade a defina. A leitura dos gráficos 01 e 02, sugere um caráter mais negativo nas representações que o policial militar supõe que a sociedade (enquanto seu alter) elabora a seu respeito, se comparadas às suas próprias e às da polícia civil.

Gráfico 01: Como você vê a polícia? Marque uma única alternativa



Fonte: Pesquisa Identidades Profissionais e Práticas Policiais.

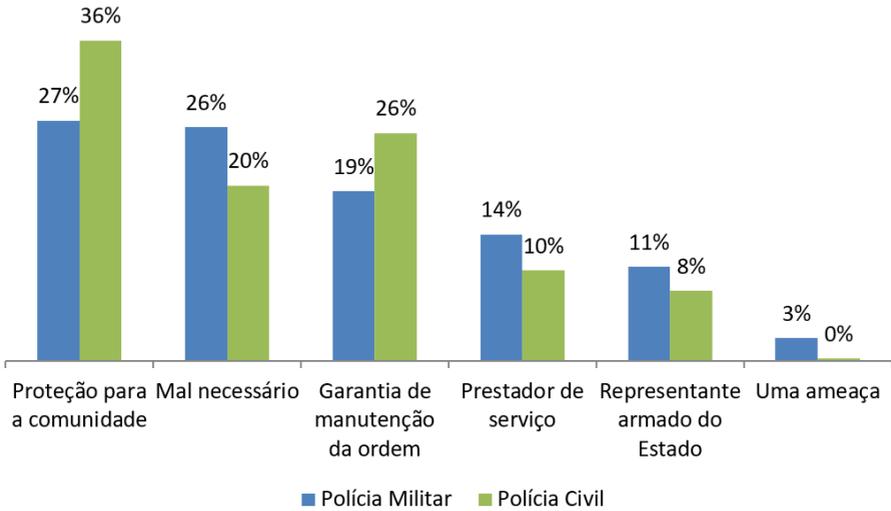
As porcentagens foram calculadas a partir das respostas válidas. Na PM 9% da amostra não respondeu, no caso da PC, 11% da amostra não respondeu.

Comparando os gráficos 01 e 02, observa-se que 56% dos respondentes na PM representa a polícia como garantia de manutenção da ordem, mas apenas 19% acredita que a sociedade a veja dessa forma; 5% entende que a polícia seja

um mal necessário, mas 26% acredita que a sociedade assim a veja; nenhum dos respondentes vê na polícia uma ameaça, no entanto 3% avalia que a sociedade a enxergue como tal. O que aponta para um auto reconhecimento problemático⁵, mas também sugere ambiguidades, contradições e paradoxos: por exemplo, 27% dos respondentes acredita que a sociedade os represente como proteção, mas apenas 20% assim se representa. Agrupando apenas os resultados que registram uma representação positiva dos respondentes sobre si mesmos, teremos que 87% destes acredita que a polícia desempenhe algum papel de tutela, no sentido de garantia, proteção e serviço para a sociedade. No entanto, apenas 60%, acredita que a sociedade veja a polícia desempenhando tal papel. Ou seja, nessa avaliação, o policial militar conviveria com um alter, a sociedade, que em sua representação não reconhece de forma positiva sua atuação. Poderia tal sensação contribuir, em alguma medida, para a constituição de um déficit em seu processo de reconhecimento social e construção identitária, levando, eventualmente a desencadear práticas violentas? Em tese o argumento seria: a melhor forma de encontrar valorização e reconhecimento ainda é tratar com energia, dureza e mesmo violência o transgressor. Essa leitura não está explicitada mais poderia ser deduzida das representações nas quais, para o policial, a sociedade o vê negativamente. Configura-se aí, de modo mais implícito do que explicitado, a metáfora da guerra a partir da qual atacar poderia ser uma forma para se defender. Na condição de orientadoras de práticas, representações sociais com as características mostradas nos gráficos 01 e 02 poderiam, no limite, contribuir para uma atitude defensiva, ou até mesmo agressiva do policial face a essa sociedade que, segundo ele, o representaria como violento, ameaça ou um mal necessário? Como se situaria o 'eu' da balança 'eu/nós'?

5. Aqui se poderia falar em auto reconhecimento negativo, conceito elaborado por Reis, 2001.

Gráfico 02: Em sua avaliação, como a sociedade vê a polícia? Marque uma única alternativa



Fonte: Pesquisa Identidades Profissionais e Práticas Policiais

As porcentagens foram calculadas a partir das respostas válidas. Na PM 9% da amostra não respondeu, no caso da PC, 10% da amostra não respondeu.

Ainda com relação a estes mesmos gráficos 01 e 02, este auto reconhecimento não se coloca da mesma forma para a PC. Definir-se (como ela o faz) como uma polícia judiciária condiciona suas representações sobre o que a sociedade pensa sobre ela. São representações mais associadas ao caráter jurídico-legal da função (exemplo, uma delegacia é um espaço de garantia de ordem na medida em que assegura o cumprimento das leis) e menos à prevenção, repressão ou à questão da prestação de serviços estrito senso, função menos relevante em suas representações. Para a PC, a sociedade a vê, prioritariamente, como proteção e garantia de ordem, tarefas mais identificadas às funções investigativas (características nas quais ela também tenderia a se reconhecer). São representações distintas das que elabora a PM. Por exemplo, se

representar ou ser representado pela sociedade como ‘*ameaça*’ sequer aparece para os policiais civis. Ou ainda, uma função como a do policial enquanto ‘*mal necessário*’, difundida nas representações da PM, nas da PC aparece com tintas mais pálidas. A PC tende a priorizar representações com conteúdos que parecem conduzir a um auto reconhecimento mais positivo, quando comparado às da PM. Com implicações no nível das práticas: representações mais positivas tenderiam a gerar práticas também mais positivas, propiciando maior confiança da sociedade na polícia?

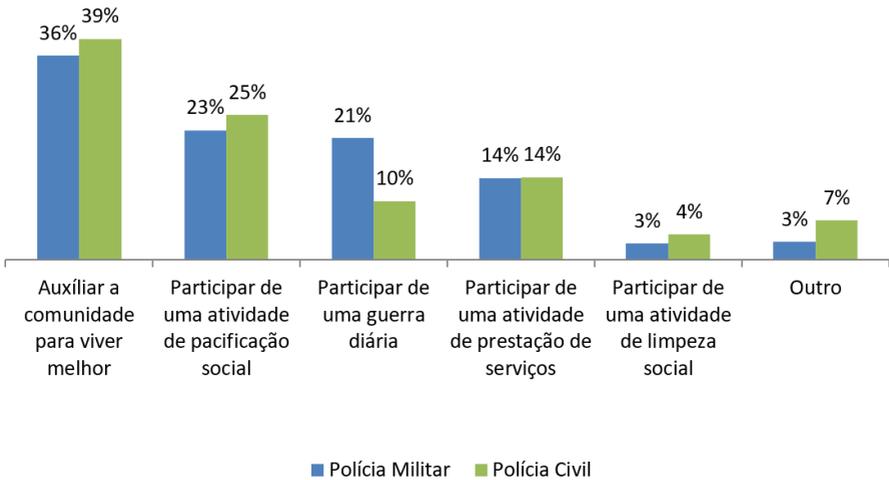
Confiança neste caso torna-se uma questão central nas relações polícia/sociedade. Eficiência, eficácia, agilidade e outros atributos positivos, que poderiam ser identificados como parte da função policial, teriam pouco sentido se a eles não pudesse ser adicionada esta característica que as representações policiais apontam como bastante ausente: a confiança da sociedade no trabalho policial. Ausência que, embora conste das representações de ambas as corporações, parece se revelar em proporções mais significativas na corporação militar⁶ (SUASSUNA, 2013). O cruzamento destes dados⁷ permite aprofundar um pouco mais a reflexão.

A questão sobre exercício policial, gráfico 03, é igualmente porta de entrada para a busca identitária que moveu esta pesquisa. A demanda por uma única alternativa visou a captar o mais significativo como definidor da função policial.

6. Para uma análise mais profunda sobre o sentido da confiança na PM do DF cfr. Suassuna, 2013.

7. Por uma questão de espaço as tabelas e a análise destes dados, não estão aqui reproduzidos. Para mais detalhe, cfr. autor 2017.

Gráfico 03: Para você, o que significa o exercício como policial? Marque uma única alternativa



Fonte: Pesquisa Identidades Profissionais e Práticas Policiais

As porcentagens foram calculadas a partir das respostas válidas. Na PM, tanto quanto na PC, 8% da amostra não respondeu.

Pelas representações elaboradas por ambas as corporações, a prestação de serviços não parece concebida como atividade que contribua para a construção identitária da profissão: não é valorizada pelo policial nem assumida como ‘coisas de polícia’.⁸ Com ligeiras nuances é algo que pode ser dito de ambas as corporações. Nos demais itens, a identidade mais afirmativa da PC, quando confrontada à da PM, de novo, se revela em suas representações. Por exemplo, as representações que se faz a PM como o braço armado do Estado, que ainda ocupam espaço importante no imaginário dos respondentes da PM (21%) ficam secundarizadas na PC (10%). No geral, os dados sobre a natureza da função policial expressam ambiguidades, incertezas e paradoxos: divididos

8. Bayley, 2001; Monjardet, 2003; Goldstein, 2003 e, para o DF, Monteiro, 2013 trataram o tema, mostrando como serviço é atividade que ocupa parte significativa do dia a dia policial.

entre representações que poderíamos chamar guerreiras e as que apontariam para uma dimensão mais ‘pacífica’ da polícia, não chegam a avançar um conteúdo comum agregador de sentido, constituinte de um ‘habitus.’ na perspectiva analítica proposta por Elias e por Bourdieu (1972, 1980, 1984); nada que apele para a ideia de profissão policial⁹.

A pesquisa averiguou, também, se sentiam orgulho em ser policial. Características positivas, se misturam a outras que apontam aspectos nada gratificantes da mudança. O ‘sim’ é permeado por ambiguidades: os aspectos positivos nada têm de particular à função policial; remetem ao senso comum da maioria das ‘qualidades reverenciadas’ por várias profissões. Já os negativos explicitam conteúdo diretamente vinculado às condições materiais e simbólicas do trabalho policial. Neste caso pesa o alto risco inerente à profissão, com o conseqüente estresse, como também analisaram Minayo, et al (2008).¹⁰ Em certo sentido, risco, medo, insegurança e perigo estariam dependentes da ideia da ‘confiança,’ atribuída às chamadas ‘fichas simbólicas’ e aos ‘sistemas peritos’ (anônimos e impessoais), mais do que às relações pessoais, ou de parentesco Giddens (1991, 2003). Neste sentido, é viável supor-se que os policiais, submetidos à imprevisibilidade das ruas, convivendo diariamente com o risco, o medo e o perigo, veriam dificultadas a ‘rotinização’ das atividades do dia a dia (GIDDENS, 2003) e a estruturação da arbitrariedade (GOLDSTEIN, 2003). Sem o contraponto da confiança, que pelas representações analisadas não parece corresponder ao dia a dia da atuação policial, a possibilidade do caos, do imprevisível e da ausência de apoio institucional figuraria como traço persistente enquanto fonte de medo, cujo efeito mais palpável seria o estresse, podendo chegar à ansiedade ou ao ‘pavor existencial’ (GIDDENS, 1994).

Ao policial da rua (no caso mais diretamente o PM), submetido à

9. Analisou-se igualmente, se a entrada para a polícia tinha proporcionado, aos respondentes, uma mudança de vida, se se sentiam melhor depois da entrada para as corporações; para maiores detalhes cfr. (autor: 2017)

10. Ao analisarem ‘percepção do risco’ e ‘risco real’, vividos pelos policiais como uma característica da profissão, as autoras situam a temática como permitindo a mediação entre condições de trabalho e condições de vida.

imprevisibilidade, restaria o pior dos mundos: a violência, como reação impen-sada, não prevista nem desejada e a deterioração de suas condições de existência. O auto reconhecimento negativo, produtor e produto desse contexto, poderia levar à constituição de identidades submissas, subalternas ou deterioradas, em resposta ao que o policial supõe que seus superiores e a sociedade esperam dele?

Relativizando hipóteses, a título de conclusões

Dubar (2005) oferece sugestões interessantes para refletir sobre os resultados desta pesquisa. Uma delas convida a relativizar a ênfase na relação identidade profissional versus identidade individual em prol do que ele chama identidade social. O autor insiste nesta ideia, de uma identidade social, enquanto ‘articulação entre duas transações: uma transação “interna” ao indivíduo e uma transação “externa” entre o indivíduo e as instituições com as quais ele interage’(Dubar, 2005: 133). Recorrendo à psicanálise (de que não se vai tratar aqui) o autor insiste na ideia da dualidade do eu:

‘A divisão interna à identidade deve enfim e, sobretudo, ser esclarecida pela dualidade de sua própria definição: identidade para si e identidade para o outro são ao mesmo tempo inseparáveis e ligadas de maneira problemática. Inseparáveis, uma vez que a identidade para si é correlata ao Outro e ao seu reconhecimento: nunca sei quem sou a não ser pelo olhar do Outro. Problemática, dado que “a experiência do outro nunca é vivida diretamente pelo eu... de modo que contamos com nossas comunicações para nos informarmos sobre a identidade que o outro nos atribui... e, portanto, para nos forjarmos uma identidade para nós mesmos”(Dubar, 2005: 135). As duplas aspas são uma citação de Laing, 1961: 29, *apud* Dubar).

Ainda que com ênfase menor para a PC, é nessa condição de inseparável e problemática que parece se enquadrar essa articulação que fazem os respondentes entre o que eles pensam ser e o que supõem que a sociedade pensa que sejam. O ‘noves fora’ dessa equação comporta negociação; uma negociação que o indivíduo leva adiante se questionando, se debatendo. Importante seria

‘restituímos esta relação identidade para si/identidade para o outro ao interior do processo comum que a torna possível e que constitui o processo de socialização’ (DUBAR, 2005, p.136). No caso do policial essa identidade é plural: é para si e para os outros: ‘outros’ policiais, de sua corporação, da corporação oposta à sua, (seja em sua própria hierarquia, seja junto a seus superiores) e ‘outro’ significando a sociedade civil, em suas várias distinções, sócio - econômicas, culturais e políticas e mesmo espaciais. Desse modo, conjugando individual e coletivo; objetivo e subjetivo; biografia e estrutura a noção de identidade, afirma o autor, ‘tenta introduzir a dimensão subjetiva, vivida e psíquica no cerne da análise sociológica’ (DUBAR, 2005, p.136). Em relação aos dados da pesquisa, a divisão interna da identidade, a que se refere Dubar, se expressa na forma de ambiguidade e tensão, e está presente em muitas das representações registradas nos instrumentos de pesquisa. Alguns depoimentos ressaltaram estas inter-relações problemáticas e conflituosas entre a identidade para si e a identidade para o outro; entre ‘identidade grupo’ e ‘identidade no grupo’; entre policial civil e policial militar. Ou ainda, entre o que o policial pensa que a sociedade pensa e aquilo que constrói como sua identificação. Poder-se-ia admitir, com Dubar, a existência de uma negociação identitária. Essa abordagem do autor, para refletir sobre identidade, revela-se menos reducionista. A existência de um espaço social entre o eu e a instituição parece transparecer dos depoimentos dos policiais pesquisados. Isto posto, ao invés de se insistir na hipótese de um déficit identitário ou na ideia de fragilidade do ‘habitus’ profissional, talvez seja mais fértil pensar que esses indivíduos se constroem no cruzamento do eu e do outro cujas referências são não apenas os ‘pares’, mas o contexto social mais amplo. Sob esse ângulo, os paradoxos, as incertezas e as contradições ganham um novo olhar: nessa perspectiva, o outro a orientar as representações e as práticas policiais não seria nem apenas nem prioritariamente seu colega de corporação ou da corporação contrária (relação policial civil x policial militar) nem apenas nem prioritariamente o paisano (delinquente ou cidadão de bem) mas, igualmente, a família, os vizinhos os amigos, referências tão ou mais importantes do que o chefe ou o colega de trabalho, nesse intrincado, problemático e quase sempre conflituoso processo de construção de identidade.

Relativiza-se aqui a perspectiva de uma identidade profissional unívoca para se pensar numa identidade social negociada, na interação entre o eu e os outros, agora no plural para permitir falar de contextos mais amplos nos quais interação várias esferas e dimensões do cotidiano. Uma identidade assim construída levaria em conta os valores e o ethos do grupo sem, no entanto, eliminar do sujeito a possibilidade de efetuar escolhas, de participar subjetivamente e não apenas como suporte de conteúdos estrutural e objetivamente prescritos.¹¹ É também por este prisma que parece caminhar a abordagem de Bauman (2005), igualmente avessa à perspectiva do essencialismo ao admitir que ‘as “identidades” flutuam no ar. Pensando na natureza da identidade policial, faz sentido supor que os processos de construção da relação polícia civil/polícia militar e polícia/cidadão poderiam ser objeto de disputa, de reivindicação e no limite, de guerra. Nos termos de Bauman, ‘a “identidade” parece um grito de guerra usado numa luta defensiva: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). (BAUMAN, 2005, p. 83).

Tendo como suporte os autores acima que pensam a identidade como luta, negociação, pluralidade, torna-se possível retirar-se dela o essencialismo e dar-lhe fluidez e historicidade. Nesta perspectiva, responsabilizar, isoladamente, a dificuldade de construção identitária pela ocorrência de violência policial seria atribuir-lhe uma carga pesada demais; um conjunto bem maior de determinantes está em questão, desde o âmbito institucional, conjuntural, ao material e ao simbólico. Todos em conflito e em negociação. Portanto, muito mais está em ‘jogo’ neste jogo: a cultura organizacional, o ethos que informa seu ‘*modus operandi*’ e os aspectos condicionantes da prática policial interferem na forma de lidar com a delinquência, de encarar os direitos humanos, as normas e o controle social e, mais que tudo, as formas como tudo isto produz nos termos de Bourdieu, o efeito de campo, atingindo, fraturando ou até mesmo inviabilizando uma lógica identitária linear. Faz-se necessário, pois, relativizar-se a ideia de uma identidade pronta, acabada, unívoca e linear. Ela é um processo em construção, com conteúdos negociados entre o que os atores representariam

11. Cfr também Hall, 2000.

como sua atividade por excelência- coisa de polícia- (que também não definem com muita clareza) e o que eles supõem seja a atividade que a sociedade demanda deles. Além disto, e como desdobramento da análise dos dados, aparece o quanto o estresse ou o medo podem ser componentes de parte significativa de contextos de manifestação da violência policial. Estresse e medo, como resultantes de situações de insegurança, pressão e desconfiança. A imagem bem poderia ser a de uma faca de dois gumes a se tornar cada dia mais afiada: a sociedade não confia na polícia, esta falta de confiança gera sensação de insegurança, que provoca tensões e uma busca por auto- proteção, na forma de mais armamento, segurança privada e demanda por uma polícia reativa, ágil (leia-se violenta), que transmita esta confiança. Da parte da polícia, responder a tais anseios da sociedade acaba por ser uma possibilidade (inconsciente) e uma necessidade de construir para si uma imagem afirmativa: na medida em que o auto reconhecimento é condição para o reconhecimento social, esta construção pode, eventualmente, fazer uso de múltiplos recursos, inclusive (e de novo, muito provavelmente de modo inconsciente) de práticas de violência para encurtar o longo caminho até o reconhecimento social.

Referências

- BALMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.
- BAYLEY, David. H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. S. Paulo: Ed. USP - Série Polícia e Sociedade 1. 2001
- BERGER Peter e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- BECKER, Howard. S. **Outsiders, Études de Sociologie de la Déviance**. Paris: Ed. A.M. Metaillé, 1985.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. S. Paulo: Ed. USP, Série Polícia e Sociedade, n. 08. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **Ésquisse d'une théorie de la pratique**. Genève, Paris: Librairie Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: éditions Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. Paris: Les Éditions Minuit, 1984. DUBAR, Claude. **A Socialização-Construção das identidades sociais e profissionais**.

S. Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado**. S. Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de S. Paulo, 1983.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1994.

HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity In HALL, Stuart *et al.* **Modernity: an Introduction to Modern Societies**. Oxford: Blakwell Publishers, 1996.

HALL, Stuart Quem precisa de identidade? In Silva, Tomaz Tadeu, **Identidade e Diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Ed Vozes, 2000.

INSTITUTO Nacional de Estudos sobre Violência, Democracia e Segurança Cidadã- **Proposta de pesquisa ao INCT**, CNPq. Mimeo, S. Paulo, 2008.

GIDDENS, Antony. **A Constituição da Sociedade**. S. Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. S. Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. S. Paulo: Ed. USP Serie Polícia e Sociedade, no. 09.2003.

MINAYO Maria Cecília, et all. **Missão Prevenir e Proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

MISSE, Michel. Sobre a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre: vol. 8, número 3 Set/dez 2008.

MONJARDET, Dominique. **O Que faz a Polícia**. São Paulo: Ed. USP- Série Polícia e Sociedade, no. 10, 2003.

MONTEIRO, Claudio Dantas. O atendimento ao público no balcão de uma delegacia: um estudo sobre o serviço da Polícia Civil do Distrito Federal. **Dissertação de Mestrado** Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, DF. Universidade de Brasília, Brasília: 2013.

NUNES, Brasilmar, F. Brasília: **A fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: Ed USP – Série Polícia e Sociedade 11, 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. Polícia e Violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal In Controle Social, Segurança e Cidadania. **São Paulo em Perspectiva**, revista da Fundação SEADE vol.18/nº1/jan-mar 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. Brasília: uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência in PORTO, Maria Stela Grossi (orga.) **Sociedade e Estado**. Revista do Departamento de Sociologia, Dossiê sobre Representações Sociais, vol. 24, no. 3, Brasília, set/dez 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Segurança Pública e Representações Sociais: um Viés Interpretativo In MACHADO, Lia Zanotta; BORGES, Antonádia Monteiro; e MOURA, Cristina Patriota de. **A Cidade e o Medo**. Brasília: Editora Francis, 2014a.

REIS, Marisol de Paula. De volta ao Exílio; As representações Sociais da Reincidência Penitenciária. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UnB. (2001).

SUASSUNA, Rodrigo. Confiança e Reciprocidade entre Policiais e Cidadãos: a Polícia Democrática nas Interações. **Tese de Doutorado**, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, DF. (2013).

TAYLOR, Charles. The politics of Recognition In GUTMANN (Editor) **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VASCONCESLOS, Ana Maria Nogales e COSTA, Arthur. Demografia da Violência no Distrito Federal: evolução e características In PAVIANI, Aldo; BARBOZA, IGNEZ e FLÓSCULO, Frederico, (orgs.) **Brasília Dimensões da Violência Urbana**. Brasília: Editora UnB, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1991, Vol. I.

WIEVIORKA, Michel .Culture, Société et Démocratie. In WIEVIORKA, Michel (direction) **Une Société Fragmenté ? le multiculturalisme en débat**. Paris : La Découverte/Poche, 1997.

WIEVIORKA, Michel. **La Diférence- Identités Culturelles: enjeux, débats et**

politiques. Paris: Ed. De L'Aube, 2005.

Recebido: 20/11/2021

Aceito: 30/11/2021